

O ENSINO PARA CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICO CRÍTICAS

Maíra Dellazeri Cortez
Universidade Estadual de
Londrina
Londrina – Brasil
mairacortez@gmail.com

Natália Navarro Garcia
Universidade Estadual de
Londrina
Londrina – Brasil
naty.nav.19@gmail.com

Marta Silene Ferreira
Barros
Universidade Estadual de
Londrina
Londrina – Brasil
mbarros_22@hotmail.com

RESUMO

Esta pesquisa busca evidenciar a função da creche no desenvolvimento das crianças de 0 a 3 anos. Para tanto, nos embasamos no Materialismo Histórico-Dialético, na Psicologia Histórico-Cultural e na Pedagogia Histórico-Crítica para analisar a Educação Infantil e sua importância para o processo de humanização do sujeito na primeira infância. Evidenciando a necessidade dos estudos que enfatizam as contribuições para a sistematização da prática pedagógica com bebês para a formação do ser social, em que defendemos a mediação docente como elemento fundamental para a humanização da criança desta faixa etária, desmistificando a função da creche como destinada apenas ao cuidado e ao suprimento das necessidades básicas, destacando a importância do ensino e do acesso ao arcabouço das produções humanas desde a mais tenra idade. Diante disso, o estudo busca contribuir evidenciando a relevância da intencionalidade pedagógica enquanto promotora de conteúdos à apropriação do educando, bem como no reconhecimento da periodicidade infantil e as especificidades de cada fase.

Palavras-chave: Educação, Educação Infantil, Primeira Infância, Psicologia Histórico-Cultural.

INTRODUÇÃO

A função da creche no desenvolvimento do bebê de zero a um ano de vida é uma problemática recente a ser analisada e refletida. Ao observarmos a entrada das crianças pequenas na educação, nota-se que apenas um número reduzido de creches atendem esta faixa etária, sendo estas instituições disponíveis em sua maioria na rede privada. Isto se deve ao fato de que, até hoje os bebês menores de 0 a 3 anos não têm o direito à escola garantido. Embora a educação da criança pequena e em especial a dos bebês, seja vista de forma banal e em aparência se constituía como uma atividade relativamente fácil de realização, esta visão alienada nada têm em comum com a realidade experimentada no dia-a-dia da escola pelos docentes e demais funcionários.

Mesmo nas vezes em que as crianças de 0 a 3 anos de idade, conseguem atendimentos pelas creches os desafios não cessam já que a maioria dos bebês dessa idade está no período de amamentação e adaptação de sua rotina em casa, mas por motivos de necessidade sejam eles pela volta da mãe ao trabalho ou pela precária situação financeira da família (dentre outros motivos) eles se desvinculam da mãe, ou de seu cuidador de forma repentina. O que provoca intensas crises de choro e profusões emocionais em que a criança vivencia suas primeiras experiências na ausência mais prolongada de seu tutor.

Na ocorrência destas situações mencionadas acima é que se faz a tão necessária mediação de um professor capacitado para seu atendimento, pois o impacto psicológico provocado por essa cisão requer o cuidado e o acolhimento intencional e direcionado do profissional da educação. No qual o mesmo estará habilitado para compreender este processo de possibilitar da melhor maneira possível a adaptação deste bebê à rotina da creche, onde este poderá estabelecer uma relação com seu educador e as demais crianças.

Ao se pensar na Educação Infantil há uma necessidade de saber qual seria a contribuição que a escola poderia possibilitar no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos bebês. Primeiramente necessitamos compreender quais as necessidades dos mesmos que são de ordem: Fisiológica como a alimentação, o exercício, o repouso, a higiene e a saúde; De segurança como o abrigo, estabilidade, proteção; Sociais, se sentir querido, pertencer a um grupo, ser inclusivo; De estima: poder, reconhecimento, prestígio e autoestima; Auto realização, na garantia de seu desenvolvimento, criatividade, autonomia, realização pessoal. Sobretudo, no tocante a escola o sujeito deve-se ter o reconhecimento de seu direito enquanto ser humano, de acessar os conteúdos e formas culturais que possibilitaram que este ser seja munido das informações, práticas e reflexões que o levaram a tornar-se um ser propriamente humanizado (SAVIANI, 2000).

Todas estas necessidades citadas, se atendidas por meio do ensino de maneira desde cuidados, afeto, bem como os estímulos precisam da intervenção de um mediador para serem sanadas. Mas, apenas um professor qualificado com uma sólida formação teórica pode garantir boa parte dessas apropriações às crianças, principalmente em relação ao acesso ao arcabouço humano. De acordo com Martins e Marsiglia (2015, p.18):

[...] cabe à escola de educação infantil disponibilizar aos bebês e às crianças pequenas as máximas objetivações culturais já alcançadas historicamente. Todavia, para que isso ocorra, o professor precisa assumir seu lugar de representante das mesmas, isto é, sua condição de portador do universo de significações científicas que o torna profissional em sua área de atuação.

Observa-se deste modo, que o professor da infância não só deve se voltar a transmissão da cultura e dos saberes humanos à criança, mas conscientemente direcionar seu aprendizado, possibilitando sua assimilação em um movimento crítico e humanizado.

Necessitamos desvelar a importância das creches enquanto instituições que ampliam o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos bebês de 0 a 3 anos de idade, as quais constituem-se como um local de acolhimento e sobretudo de ensino, onde os professores, mediante aos seus conhecimentos adquiridos e sua intencionalidade pedagógica podem guiar a formação infantil desde a mais tenra idade, contribuindo deste modo, para a humanização efetiva de seus educandos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O reconhecimento da infância e das especificidades da criança nem sempre foi como a compreendemos na atualidade. Considerando a longa história da humanidade, o entendimento das necessidades infantis é relativamente recente. Embora, devamos admitir que mesmo na sociedade contemporânea, milhares de crianças ainda tem seus direitos humanos negados, suas particularidades ignoradas, quando não obstante são exploradas a mando do capital. Ao nos atermos às questões pertinentes ao acesso à Educação Infantil e sua efetivação vemos de forma ainda mais precisa o quanto nossa sociedade ainda se encontra fragilizada e relutante ao reconhecimento da infância ainda nos dias atuais. O vem salientar a importância deste debate.

É necessário esclarecer entretanto, que o entendimento da infância não refere-se a afeição, predileção ou mesmo simpatia pelas crianças, corresponde à consciência da particularidade infantil, e o cumprimento dos direitos humanos frente as específicas necessidades do ser criança, que diferem-se amplamente das dos adultos (ARIÈS, 1986, p.156).

Para compreendermos como nossa humanidade foi ao longo dos séculos passando a integrar o ser infantil de forma mais esclarecida em sua totalidade, traçaremos um breve panorama histórico. Ao começar pela antiguidade, as mulheres e crianças eram consideradas como seres inferiores, menos fortes e improdutivas. Do mesmo modo, em tempos medievais os pequenos não eram valorizados como sujeitos, ao contrário disto, eram ignoradas suas características tipicamente infantis como as fragilidades físicas e emocionais, quando não obstante sofriam de algum tipo de violência. O índice de mortalidade de crianças pequenas era alarmante, justamente pelas condições precárias de

subsistência, especialmente pela ausência de saneamento básico, da fome e diversas outras intempéries, que além do não conhecimento das necessidades infantis ocasionaram um extenso número de óbitos dessa parcela da população.

Por outro lado, assim que a criança superava esse período de alto nível de mortalidade, em que sua sobrevivência era improvável, ela era tratada como um adulto em miniatura. Submetidas a extensas jornadas de trabalho, participavam da vida social e tinham as mesmas responsabilidades que os demais membros de sua sociedade, sem nenhum tipo de proteção ou consideração de suas especificidades. No Renascimento, os estudos eram guiados de forma a não separar adultos de crianças, o que muitas vezes impossibilitava o aprendizado das mesmas, de forma que não existia uma educação acessível à infância, muito menos se tratando dos bebês.

Foi nos séculos XVI e XVII, que as crianças começaram a ter alguma distinção social dentre os adultos, passaram a usar vestimentas apropriadas que diferenciavam-se das destinadas aos demais membros da sociedade. A necessidade do zelo pelo ser infantil começou a ganhar espaço. Um novo sentimento da infância havia surgido, porém esta consideração pelos pequenos provocou reações adversas, já que algumas pessoas consideraram insuportável a atenção que se dispensava a eles, constituindo deste modo, uma certa visão negativa e a afeição destinada aos mesmos foi tida como uma “paparicação” (ARIÈS,1986, p.157). Foi neste mesmo período, que ampliaram-se as discussões a respeito da escolarização, pois a ascensão da burguesia tanto cultural como material trouxera um fomento à relevância da formação humana e a criança que antes era vista como fardo, agora representava a continuidade do legado da família, o futuro da sociedade. Passou-se então a separar adultos de crianças nas atividades escolares.

No final do século XVII, a concepção de criança começou a ser modificada diante das discussões sobre escolarização, higiene e vacinação eram aspectos estratégicos para superação da mortalidade infantil. Mudanças econômicas ocasionadas pelo fim da monarquia, pelo avanço do capitalismo e da industrialização levaram as mulheres a atuarem no mercado de trabalho, de forma que as crianças passaram a não ter lugar para ficar, o que provocou a criação de casa de acolhimento, onde os filhos dos trabalhadores e crianças órfãos eram recebidas, porém não havia nenhum tipo de intencionalidade ao desenvolvimento infantil.

No Brasil, esta mesma política assistencial foi repetida como uma forma de socorro aos mais pobres e marginalizados, que sendo considerados filhos ilegítimos dos “Senhores” com mulheres escravizadas, eram obrigados a migrar para as cidades, o

mesmo ocorria com filhos de mulheres solteiras, que pela pressão familiar acabavam por se desfazer dos seus na chamada “Roda dos Expostos”, por onde os bebês eram recolhidos (OLIVEIRA, 2002). Estas casas de acolhimento destinavam-se à recepção destes órfãos, bem como de pessoas em situação de vulnerabilidade social. E por muito tempo foram utilizadas como forma de garantir a subsistência das crianças que sem cuidadores acabariam por perecer vítimas da fome, epidemias e violência (OLIVEIRA, 2002, p. 95).

Com a Constituição da República o fluxo migratório das cidades teve um aumento significativo, sobretudo com a abolição da escravatura muitas pessoas destinaram-se a procurar alguma forma de subsistência nos centros urbanos, o que provocou um aumento exponencial no surgimento de epidemias e nas situações de marginalidade e desamparo. Foram nas chamadas “Casas de misericórdia” que muitos brasileiros encontraram abrigo e alimento, dando forma a sua sobrevivência mesmo que precária em uma sociedade ainda mais excludente que a atual (OLIVEIRA, 2002, p. 94).

Por muito tempo no Brasil, as políticas assistencialistas vigoraram, atenuando as desigualdades sociais, e com o tempo foram criadas instituições específicas para a recepção das crianças órfãs, como também para os filhos dos trabalhadores que cumprindo com sua jornada de trabalho não poderiam mais cuidar de seus filhos, isto se deu principalmente com a entrada da mulher no mercado de trabalho.

No final do século XIX ideais libertários proclamados pela burguesia, destacavam os ideais da formação cultural e intelectual como preceitos da formação da nação. O movimento Escola Nova, passou a promover a criação dos chamados Jardins de Infância, fundando assim um instituição de Educação Infantil destinada a educação intencional, porém acessível em um primeiro momento somente a elite. É criada então em 1875, o primeiro Jardim de Infância destinado aos filhos dos burgueses, enquanto que as crianças da classe operária continuaram a ser atendidas de forma assistencialista pelas casas de cunho filantrópico ou governamental denominadas creches (OLIVEIRA, 2002, p.101). Esta cisão provocou uma concepção popular sobre a creche, a qual diferenciava-se amplamente da atual, mas que guardava em sua memória a imagem do asilo, de um depósito de crianças, de uma educação destinada apenas aos pobres e marginalizados. Devido a este percurso histórico da Educação Infantil brasileira tem-se ainda a visão de educação da criança como meramente assistencial, como destinada apenas ao cuidado tangentes às necessidades corpóreas da criança, e das mães trabalhadoras para terem algum local de acolhimento a seus filhos enquanto as mesma trabalham (PASQUALINI, 2008).

Porém, é preciso difundir a ideia de que uma educação intencional é de extrema importância ao desenvolvimento infantil em todas as suas etapas, e esta ultrapassa a ideia de asseio e alimentação dos bebês, ao contrário, vai além volta-se à capacitação humana destes seres, no tocante ao aprimoramento de suas faculdades psíquicas superiores, visto que seu objeto principal é humanização dos sujeito no desenvolvimento de sua generacidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos com a ocorrência desse estudo contribuir para a desmistificação da creche enquanto depósito de bebês, destinada apenas ao cuidado e manutenção das condições mínimas de vida, em que bastaria ao seu educador apenas o dom e seu amor à Educação Infantil, em que a criança de 0 a 3 anos de idade é considerada um ser incapaz de aprender. Com isso, pretendemos evidenciar a importância das instituições escolares de educação dos bebês, enquanto promotoras não apenas de cuidado, amor e ensino das regras sociais, mas de apropriações fundamentais de conteúdos que promovam aprendizagens e desenvolvimento humano. É fato que o professor por vias pedagógicas intencionais é capaz de mediar a formação da criança pequena, possibilitando que a mesma receba toda a bagagem histórica, cultural, social e afetiva necessárias à sua constituição enquanto seres humanos se estiver sustentado em uma formação teórica e prática sólida.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. Conclusão: “Os Dois Sentimentos da Infância”. In: ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2.ªed.- Rio de Janeiro:Guaratuba. Editora Guanabara, 1986.p. 156-186.
- MARTINS, Lígia Márcia. MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. **Contribuições para a sistematização da prática pedagógica na educação infantil**. Cadernos de Formação RBCE, p. 15-26, mar. 2015.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.
- PASQUALINI, Juliana Campregher; MARTINS, Lígia Márcia. **A Educação Infantil em busca de identidade: análise crítica do binômio “cuidar-educar” e da perspectiva anti-escolar em Educação Infantil**. Psicologia da Educação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação. ISSN 2175-3520, n. 27, 2008.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica. Primeiras aproximações**. Autores Associados. Campinas - SP, 2000.